

PERCEÇÕES DOS TRADUTORES TIMORENSES SOBRE A FORMAÇÃO DE TRADUÇÃO EM TIMOR-LESTE¹

Paulo Henriques
Rui Ramos

Resumo: Após a restauração da independência de Timor-Leste, em 2002, o Estado avançou imediatamente com a política de restauração da identidade linguística do povo timorense abalada e/ou quase perdida ao longo de 24 anos pela ocupação indonésia e pela expansão do *bahasa indonesia* no território. Esta política ganhou relevo na agenda do desenvolvimento e levou o Estado a escolher o português e o tétum como línguas oficiais e da identidade timorense, reconhecendo simultaneamente o inglês e o indonésio como línguas de trabalho e de contactos internacionais, e reconhecendo igualmente a existência de um conjunto alargado de línguas locais que caracterizam as diversas regiões do país. A consciência da diversidade linguística timorense levou à criação de serviços de tradução nos organismos do Estado, originando assim um pequeno grupo de profissionais com trabalho discreto mas de importância capital para a democratização do acesso dos cidadãos ao sistema político, à comunicação social e à justiça, por exemplo. Esta investigação surge com o objetivo de questionar a percepção dos tradutores timorenses sobre o serviço de tradução em Timor-Leste. Para o efeito, recolhemos percepções e opiniões de tradutores, sobre a sua ação e sobre a formação inicial adquirida, assim como sobre a sua visão das necessidades de formação contínua ou pós-graduada.

Palavras-chave: Tradução. Tradutores. Formação de tradutores. Identidade linguística. Timor-Leste. Língua portuguesa. Tétum.

Abstract: After the restoration of Timor-Leste's independence in 2002, the State immediately proceeded with the policy of restoring the Timorese linguistic identity, shaken and/or almost lost over 24 years of Indonesian occupation and the expansion of *Bahasa Indonesia* in the territory. This policy gained prominence in the development agenda and led the State to choose Portuguese and Tetum as official languages

1 Título do artigo em língua estrangeira: "Perceptions of timorese translators about translation training in Timor-Leste"

and the languages of the Timorese identity, simultaneously recognizing English and Indonesian as working and international contact languages, and also recognizing the existence of a wide range of local languages that characterize the different regions of the country. The awareness of Timorese linguistic diversity led to the creation of translation services in State bodies, thus creating a small group of professionals with discreet work but of fundamental importance for the democratization of citizens' access to the political system, the media and the justice system, for example. This research aims to question the perception of Timorese translators about the translation service in Timor-Leste. For this purpose, we collect perceptions and opinions of translators, on their action and on the initial training acquired, as well as on their vision of the needs of continuous or postgraduate training.

Keywords: Translation. Translators. Translators Training. Linguistic identity. Timor-Leste. Portuguese language. Tetum.

1. Introdução

Timor-Leste é um país multilíngue entre muitos países do sudeste asiático e situa-se numa das zonas de maior diversidade linguística e cultural a nível global, encravado ao mesmo tempo num dos “pontos quentes” de maior diversidade biocultural no planeta (HARMON, 1996; MAFFI, 2016; HENRIQUES e RAMOS, 2019). A riqueza cultural e linguística que o país possui hoje foi o resultado de várias passagens migratórias ocorridas em diferentes alturas. A primeira grande migração terá decorrido em 7000 a. C., durante a glaciação de Würm, e terá chegado até a Tasmânia. Entre 3500 e 2000 a. C., terá acontecido outra vaga migratória provinda do continente asiático, passando pela Insulíndia

e chegando até à Malásia. Esta migração trouxe marcas fisionómicas e línguas papuas. Em 2500 a. C., terá havido outra e última migração vinda do sudeste da China e da ilha Formosa, que se espalhou por toda a Insulíndia. Com esta migração difundiram-se as línguas malaio-polinésicas (HULL, 2001; THOMAZ, 2002; ALBUQUERQUE, 2009). A partir do século XVI, a estes movimentos migratórios vieram somar-se a influência cristã e a língua portuguesa, com a chegada dos portugueses à ilha e, por último, já no século XX, a influência javanesa por meio da ocupação militar indonésia durante duas décadas e meia. Este mosaico cultural e linguístico torna aquele país insular numa autêntica Babel e representa simultaneamente um grande quebra-cabeça na definição de uma política linguística consistente.

Após a restauração da independência, em 2002, o Estado timorense avançou imediatamente com a política de restauração da identidade linguística do povo timorense abalada e/ou quase perdida ao longo dos 24 anos da ocupação indonésia e consequente expansão do *bahasa indonesia* no território. Apesar de tudo isso, a influência javanesa não eliminou por completo a verdadeira identidade do povo timorense, adquirida ao longo dos séculos pela miscigenação entre a cultura autóctone e a latina, que, entretanto, foi significativamente alterada em alguns aspetos culturais e linguísticos.

A recuperação da identidade linguística originária do povo timorense tornou-se uma agenda importante, ainda que não tenha sido fácil até agora, sobretudo no que se refere à política da (re)introdução da língua portuguesa em Timor-Leste (TAYLOR-LEECH, 2008, 2009; BARBEIRO, 2010; GONÇALVES, 2012; RAMOS e TELES, 2012; ALBUQUERQUE e RAMOS, 2020). Como é sabido, o Estado escolheu o português e o tétum como línguas oficiais e da identidade timorense, definidas no artigo 13.º da Constituição da República, reconhecendo simultaneamente o inglês e o indonésio, no artigo 159.º, como línguas de trabalho e de contacto internacionais.

A consciência da diversidade linguística timorense, a par do desejo de acesso democrático aos serviços do Estado, levou à criação de serviços de tradução em alguns organismos do Estado, originando assim um pequeno grupo de profissionais com trabalho discreto, mas de importância capital para a democratização do acesso dos cidadãos ao sistema político, à comunicação social e à justiça, por exemplo. Este texto, que retoma uma investigação mais ampla (HENRIQUES, 2021), apresenta as percepções desses profissionais, os tradutores timorenses, sobre a sua formação e a sua ação em Timor-Leste.

2. Apresentação do estudo

Como foi referido, o presente artigo apresenta as perceções dos tradutores timorenses (maioritariamente trabalhando em organismos do Estado) e tem como intuito contribuir para a discussão acerca da formação em tradução em Timor-Leste. Pretende igualmente identificar a natureza das tarefas executadas, a formação prévia e as necessidades formativas sentidas por estes profissionais.

Nele se apresentam dados atuais, recolhidos junto dos tradutores timorenses que atuam nas seguintes instituições: Parlamento Nacional (PN); Presidência do Conselho de Ministros (PCM); Polícia Científica e Investigação Criminal (PCIC); Ministério da Justiça (MJ); Ministério Público (MP); Tribunal Distrital de Díli (TDD); Tribunal de Recurso (TR); Televisão de Timor-Leste (TVTL). Junta-se ainda contributos recolhidos junto de dois tradutores *freelancers*.

Na realidade, muitos profissionais desta área assumem serem tradutores apenas por circunstância de mercado e sem terem em conta a formação académica específica, isto é, nenhum tradutor timorense que atua nestas instituições do Estado (ou em serviços privados) possui formação superior especializada em tradução. Logo, realizam este tipo de serviço sustentado pelo facto de terem domínio de dois ou três idiomas.

Cumprindo a legislação vigente no país referente ao uso e à aplicação das duas línguas oficiais de forma consistente, o Estado timorense tem vindo a reforçar as áreas vitais com as quais se afirma e consolida a identidade do povo timorense. Uma destas áreas é o serviço de tradução.

Os tradutores timorenses, apesar de muitas limitações, realizam o seu trabalho, testemunhado pelas publicações do Estado, em cumprimento da lei n.º 1/2002, de 7 de agosto, e do Decreto n.º 1/2004 de 14 de abril, nomeadamente no que tange à obrigação de publicar em ambas as línguas no Jornal da República e de utilizar o tétum oficial e o português na iconografia e nas sinalizações públicas.

Após termos feito a pesquisa, descobrimos que, entre todos os atos legislativos publicados no jornal oficial, o Ministério da Justiça é, para já, a única instituição que cumpre rigorosamente o que se expressa na lei n.º 1/2002, isto é, as duas línguas oficiais aparecem lado a lado na publicação do Jornal da República. Há outra legislação cujas versões nas duas línguas são publicadas em páginas diferentes. Esta opção é menos favorável aos leitores ou juristas timorenses que ainda sentem dificuldade no domínio do português e que querem consultar as duas versões da legislação em simultâneo.

Quanto ao uso consistente de ambas as línguas oficiais na iconografia ou na sinalização pública, há incumprimento grave referente ao que define o Decreto n.º 1/2004 de 14 de abril, tanto na sinalização rodoviária, como na publicidade de produtos ou estabelecimentos comerciais. É notório que os sinais de trânsito em algumas ruas dos subúrbios de Díli se encontram escritos unicamente em inglês.

3. Metodologia

3.1. Objetivos e opções de base

Os dados para o presente estudo foram recolhidos por meio de um inquérito por questionário junto dos tradutores e foram feitas igualmente entrevistas semiestruturadas aos responsáveis de cada serviço de tradução que exercem funções nas instituições mencionadas. A escolha destas ferramentas deve-se ao facto de serem acessíveis e fáceis de concretizar. Segundo Quivy e Campenhoudt (2013), para além de facilitar a recolha, o tratamento e a análise dos dados e informações, o inquérito por questionário pode conferir conhecimento fundamental e permite, de igual forma, desvendar a pluralidade de interpretações de dados e informações de certas convicções, crenças e sentimentos, apresentando a virtualidade de revelar não apenas nos aspetos quantitativos, mas também a opinião dos inquiridos.

Os questionários foram destinados exclusivamente a tradutores. Referem-se às necessidades e às expectativas de uma formação contínua. As entrevistas foram destinadas aos chefes ou coordenadores do serviço de tradução de cada instituição pública. Referem-se igualmente às representações da política nacional de formação e de angariação de tradutores em Timor-Leste. Os questionários foram elaborados e validados. Utilizamos para esse efeito uma escala do tipo *Likert*.

A escala de *Likert* é uma escala de cinco níveis de igual amplitude. Segundo Tuckman, “esta escala usa-se para registar o grau de concordância ou de discordância com determinada afirmação sobre uma atitude, uma crença ou um juízo de valor” (2000, p. 279-280).

3.2. Amostra

No que se refere à amostra para o estudo, identificámos previamente as instituições do Estado timorense que estabeleceram o serviço de tradução, como assinalámos acima (ver secção 2).

Na verdade, nem todas possuem um verdadeiro serviço de tradução. No Parlamento Nacional, todos os serviços ligados à tradução são feitos por um assessor internacional que tem domínio das duas línguas oficiais. O serviço de tradução da

Polícia Científica e Investigação Criminal (PCIC) é fornecido pelo Ministério da Justiça.

Além das instituições mencionadas anteriormente, escolhemos dois tradutores *freelance* nacionais para participarem no nosso estudo: um tradutor independente sénior foi entrevistado e um tradutor jovem de carreira preencheu o inquérito e foi entrevistado. O objetivo de escolher estes diferentes informantes assenta no facto de cada um possuir experiência de vida profissional diferente, bem como diferentes perspetivas para o futuro sobre o serviço de tradução em Timor-Leste.

Para a concretização dos planos de trabalho, foram distribuídos 27 questionários em sete instituições e um tradutor independente / (*freelancer*), num universo de 45 informantes previamente definidos (todos os tradutores que exercem atividade nas instituições do Estado). Complementarmente, foram feitas cinco entrevistas, num universo de nove pessoas (os coordenadores e os chefes de serviço de tradução nas mesmas instituições). Estamos conscientes de que o tamanho da amostra apresentado não é suficiente para servir como um estudo quantitativo extensivo, mas a aplicação do questionário e da entrevista permitiu recolher perceções e testemunhos de situações vividas pelos tradutores nos seus serviços.

3.3. Elaboração de instrumentos da recolha de dados e logística

No sentido de conferir maior rigor ao processo metodológico, preparámos os instrumentos de recolha de dados no quadro das características da pesquisa. Não conhecemos qualquer estudo no âmbito da Linguística ou do Ensino sobre o serviço de tradução em Timor-Leste; assim, sentimos necessidade de elaborar e adaptar instrumentos de investigação, apropriados aos objetivos que pretendíamos alcançar e adequados aos tradutores em foco neste estudo. Em nome do rigor científico, consideramos três fases de construção do questionário e do guião de entrevista.

3.3.1. Primeira fase

A primeira fase foi a de preparação – refere-se à construção do questionário e do guião de entrevista provisórios.

O questionário foi dividido em dois blocos:

1. bloco – destina-se a caracterizar os sujeitos segundo o género, a data e o local de nascimento, o domínio de línguas, a formação académica e o tempo de serviço como tradutor.
2. bloco – inclui as várias temáticas de análise destinadas a medir a intensidade das opiniões, expectativas e necessidades em relação à formação contínua de língua portuguesa dos tradutores.

A secção 1 diz respeito aos dados pessoais e coincide com o que designámos acima como “1. bloco”. A secção 2 é constituída por dez itens, que pretendem conhecer a opinião dos tradutores quanto à importância da formação contínua de língua portuguesa. A secção 3 é composta igualmente por dez itens, que pretendem conhecer a opinião dos inquiridos acerca da importância e dos motivos de formação contínua da língua portuguesa para os tradutores. A secção 4 é composta por doze itens, que pretendem conhecer as necessidades de formação contínua que os inquiridos sentem.

Com base na experiência resultante do pré-teste, foi elaborado o guião da entrevista, mas este não foi testado.

3.3.2. Segunda fase

A segunda fase foi a de validação do questionário e do guião de entrevista (pré-teste) – o questionário e o guião de entrevista foram aplicados para testagem a um grupo restrito de dez voluntários timorenses, estudantes de diversos cursos da Universidade do Minho. O teste foi feito com vista a testar a compreensão do mesmo pelos futuros inquiridos. Apesar de conscientemente sabermos que os informantes do pré-teste não eram tradutores, assumimos que partilhavam com os tradutores, a desenvolver a sua atividade profissional em Timor-Leste, eventuais dificuldades ou consequências de interferências de outras línguas.

Durante o processo de testagem, observamos que as perguntas colocadas pareceram adequadas para este público. Surgiram somente algumas pequenas dúvidas, vindas sobretudo dos colaboradores com mais idade, relativamente ao primeiro bloco de informações. Assim, concluímos que não seria necessário modificar ou alterar quaisquer perguntas. O questionário, depois da sua aplicação, e o guião de entrevista constituíram os instrumentos finais da nossa investigação no terreno.

3.3.3. Terceira fase

A terceira fase foi a de aplicação do teste – o questionário e a entrevista serviram para conhecer as necessidades, a importância e as políticas nacionais de formação contínua de Língua Portuguesa dos tradutores em Timor-Leste. Para o efeito da investigação, foi preciso que nos deslocássemos a Díli, Timor-Leste, para distribuir o questionário e entrevistar os responsáveis do serviço de tradução de cada instituição. Assim, todo o processo de recolha de dados foi feito em Díli, entre os meses de julho e setembro de 2018.

O número de participantes que preencheram o questionário foi de 27, distribuídos da seguinte forma:

- a) Ministério da Justiça (MJ) [5 pessoas].
- b) Tribunal Distrital de Díli (TDD) [3 pessoas].

- c) Televisão de Timor-Leste (TVTL) [1 pessoa].
- d) Presidência do Conselho de Ministros (PCM) [5 pessoas].
- e) Procuradoria-Geral da República (PGR) [8 pessoas].
- f) Tribunal de Recurso (TR) [4 pessoas].
- g) Tradutor Independente *freelance* (TI) [1 pessoa].

Não chegamos a aplicar o questionário a instituições como a Defensoria Pública e a Presidência da República. A investigação não foi levada a cabo nestas duas instituições dado que, na primeira, devido ao período de férias judiciais, todos os funcionários estavam ausentes, incluindo o tradutor; quanto à segunda, a Presidência da República não nos deu despacho de autorização para tal por razões desconhecidas.

3.3.4. Entrevista

Para a entrevista, optamos por um modelo semiestruturado. Sublinhamos que a entrevista foi feita exclusivamente aos chefes de departamentos ou aos coordenadores dos serviços de tradução nas instituições públicas do Estado e/ou aos tradutores que atuam de forma independente.

A nossa decisão de fazer estas entrevistas com este grupo de pessoas prendeu-se com o facto de estas possuírem um determinado grau de responsabilidade e de experiência.

Foram recrutados/escolhidos em função de já terem experiências longas nessa área e formação acadêmica. Com certa experiência já adquirida, acreditamos que poderiam fornecer uma visão relevante sobre a problemática da tradução em Timor-Leste, bem como poderiam identificar as competências e as falhas cometidas pelos tradutores no exercício da sua função.

O guião de entrevista continha dez questões orientadoras relativamente abertas. Pretendia-se igualmente recolher informações dos entrevistados pela via do diálogo descontraído entre entrevistador e entrevistado acerca da política nacional de formação e de angariação dos tradutores.

A entrevista permite, em comparação com o questionário, obter respostas mais próximas da linguagem do sujeito, com menor redução de dados, que nos aproximem mais da compreensão da realidade dos sujeitos em estudo (SEABRA, 2010).

Salientamos que o respetivo guião foi feito meramente como um suporte para o investigador. O entrevistado não teve sequer acesso ao mesmo, pois foi dinamizado um diálogo, durante o qual o entrevistado se expressou livremente e sem inibições.

4. Apresentação de dados

4.1. Questionários

Para a análise dos dados brutos e a sua transformação em informação pertinente, recorreremos a apoios importantes, como os de O. R. Holsti (apud BARDIN, 1991) e Albarello, Digneffe, Hiernaux, Maroy, Ruquoy e Georges (1997).

Com base nas propostas desses autores, apresentamos a seguir as respostas mais destacadas a cada pergunta pelos tradutores das instituições do Estado.

2. Indique a sua opinião sobre a importância das seguintes afirmações:

Questões	Respostas (%)				
	Sem opinião	Desacordo total	Desacordo	Acordo	Acordo total
2.1 A formação contínua de Língua Portuguesa deve ser um direito mas não um dever dos tradutores timorenses.	7,4	0	29,6	37	25,91
2.2.1 A maioria dos tradutores timorenses que desejam ter formação contínua de língua portuguesa fazem-no:	3,7	0	0	22,2	74,1

Porque os pode ajudar a desempenhar melhor a sua tarefa de tradução português-tétum e vice-versa.					
2.2.2 Porque é necessário para a progressão na carreira profissional	3,7	0	3,7	29,6	63
2.2.3 Porque os pode ajudar a transformar os serviços de tradução nas instituições onde trabalham	0	0	0	29,6	70,4
2.2.4 Porque querem introduzir mudanças na sua equipa de trabalho	3,7	0	3,7	37	55,6
2.2.5 Porque querem sair do serviço de tradução ao qual pertencem e serem tradutores noutra instituição	29,6	3,7	22,2	29,6	14,8
2.2.6 Porque querem trabalhar com outros tradutores independentes (freelance)	29,6	0	7,4	48,1	14,8
2.2.7 Porque a rotina do trabalho os incomoda	14,8	7,4	51,9	25,9	0

2.2.8 Porque querem desempenhar outra função profissional fora das suas instituições do trabalho	22,2	0	33,3	33,3	11,1
--	------	---	------	------	------

Na pergunta do bloco 2, pedia-se aos inquiridos que manifestassem o seu grau de concordância ou discordância. A maioria dos inquiridos (74.1%) escolheu “acordo total” com a formação contínua de língua portuguesa, porque os pode ajudar a desempenhar melhor a sua tarefa de tradução português-tétum e vice-versa. De entre os inquiridos, 37% escolheram “acordo”, indicando que consideram que a formação de língua portuguesa deve ser um direito, mas não um dever dos tradutores. Por outro lado, 51.9% manifestaram “desacordo” e 7.4% “desacordo total” com a afirmação de que a maioria dos tradutores timorenses que desejam ter formação contínua de língua portuguesa o fazem porque a rotina do trabalho os incomoda. Do total de inquiridos, 29.6% mantiveram-se “sem opinião” relativamente às seguintes afirmações: a maioria dos tradutores timorenses que desejam ter formação contínua de língua portuguesa fazem-no: porque querem sair do serviço de tradução ao qual pertencem e serem tradutores noutra instituição e porque querem trabalhar com outros tradutores independentes (freelancer). Quanto às últimas

afirmações, os informantes preferem escolher a opção “sem opinião”, pois talvez tenham receado algum tipo de represália por parte dos seus superiores hierárquicos ou simplesmente receiem que os seus dados sejam posteriormente revelados aos seus superiores. Desta forma, a não resposta pode ser vista como uma estratégia de autodefesa face a eventuais repercussões posteriores.

3. Indique a importância que, na formação contínua de língua portuguesa, cada um dos motivos seguintes tem para si:

Questões	Respostas (%)				
	Nenhum	Muito pouco	Pouco	Bastante	Muitíssimo
3.1 Atualizar conhecimento linguístico já adquirido anteriormente	0	3,7	14,8	37	44,4
3.2 Desenvolver as competências linguísticas mais adequadas aos problemas concretos de cada serviço	0	3,7	3,7	40,7	51,9
3.3 Investigar tecnicamente a tradução português-tétum em Timor-Leste	0	3,7	14,8	37	44,4
3.4 Intervir na divulgação da política nacional sobre o uso das línguas oficiais	0	3,7	22,2	29,6	44,4
3.5 Fundamentar cientificamente melhor o seu trabalho	0	3,7	11,1	37	48,1

3.6 Desenvolver a autonomia e a confiança da sua tradução de tétum-português ou vice-versa	0	0	0	34,6	65,4
3.7 Desenvolver a expressão oral e escrita em português	0	0	7,4	29,6	63
3.8 Melhorar o seu desempenho na tradução de português-tétum	0	0	0	29,6	70,4
3.9 Interagir com os outros em português	0	3,7	18,5	40,7	37
3.10 Preparar a sua promoção dentro da carreira de tradução	7,4	0	14,8	29,6	48,1

No que se refere ao bloco 3, os tradutores inquiridos concentraram as suas respostas de grande concordância quando as opções apontam exclusivamente para práticas profissionais concretas e quotidianas (desenvolver autonomia e melhorar a tradução, sobretudo).

Pelo contrário, as opções que tendencialmente ultrapassam o âmbito profissional direto, sendo adjacentes ou laterais às preocupações diretas e quotidianas do trabalho, como fazer investigação, fundamentar cientificamente o trabalho ou preparar a promoção na carreira, acolhem menos concordância.

4. Indique as necessidades de formação contínua que sente:

Questões	Respostas (%)				
	Nenhum	Muito pouco	Pouco	Bastante	Muitíssimo
4.1 Introdução à prática da tradução	0	7,4	14,8	51,9	25,9
4.2 Conhecimento da legislação timorense	0	3,7	18,5	37	40,7
4.3 Ética profissional	0	3,7	18,5	33,3	44,4
4.4 Conhecimento do serviço de tradução de outros países	8	8	16	40	28
4.5 Domínio escrito e oral das línguas oficiais (português e tétum)	0	0	7,4	22,2	70,4
4.6 Linguística do português	0	3,7	11,1	40,7	44,4
4.7 Importância do serviço de tradução no país multilingue	3,7	0	18,5	18,5	59,3
4.8 Métodos e técnicas de tradução	0	0	18,5	25,9	55,6
4.9 Linguística do tétum	0	0	11,1	33,3	55,6
4.10 Cultura geral e filosofia	3,8	0	23,1	42,3	30,8
4.11 Prática de tradução especializada	0	7,4	14,8	22,2	55,6
4.12 Prática de interpretação oral	3,7	0	7,4	40,7	48,1

Quanto à pergunta do bloco 4, destacam-se as seguintes propostas de disciplinas, que poderiam possivelmente ser introduzidas na formação:

- Conhecimento da legislação timorense.
- Conhecimento do serviço de tradução de outros países.
- Linguística do português.

- Importância do serviço de tradução no país multilingue.
- Métodos e técnicas de tradução.
- Linguística do tétum.
- Prática de interpretação oral.

Identifica-se também que é reconhecida pouca importância às seguintes disciplinas, que poderiam ser introduzidas na formação:

- Cultura geral e Filosofia.
- Introdução à prática da tradução.
- Ética profissional.
- Domínio escrito e oral das línguas oficiais (português e tétum).

- *Prática de tradução especializada.*

Importa sublinhar que há 8% de tradutores que acabam de escolher opção “nenhum”. Esta afirmação diz respeito à proposta de disciplina de formação contínua:

- *Conhecimento do serviço de tradução de outros países.*

Ainda que se identifique pouca adesão a algumas afirmações, nenhuma possibilidade foi rejeitada ou teve uma aceitação nula.

Depois de observarmos as respostas dadas por estes informantes, constatamos que, na sua perspetiva, seria útil

e necessário organizar uma formação contínua com vista a atualizar o conhecimento técnico destes para os apoiar no desenvolvimento deste setor em Timor-Leste, com mais rigor, transparência e credibilidade para os cidadãos em geral.

4.2. Entrevistas

As entrevistas foram realizadas unicamente em Díli, Timor-Leste, junto dos chefes e/ou coordenadores de tradução das instituições públicas do Estado e dois tradutores independentes (*freelance*). Foram entrevistados cinco responsáveis. A entrevista contém, no total, dez perguntas. Os conteúdos da mesma foram estipulados em função dos seguintes objetivos: verificar a política nacional de formação e de angariação dos tradutores; conhecer a política desenvolvida em cada instituição referente ao serviço de tradução e propor um currículo para a formação de tradutores (tétum/português).

Procedemos à harmonização de algumas perguntas da entrevista consoante o vínculo institucional do entrevistado. Três tradutores estavam vinculados às instituições do Estado e dois eram tradutores independentes (*freelancers*); por isso, decidimos não aplicar todas as perguntas aos últimos. Escolhemos as que julgamos adequadas ao seu perfil.

Seguem-se as perguntas e o conteúdo global da entrevista:

1) Qual é a política nacional de formação de tradutores em Timor-Leste?

Os entrevistados foram unânimes na ausência de identificação de qualquer política nacional referente à formação dedicada ao serviço de tradução. Entretanto, exigiam ao governo a sua criação, pois trata-se de uma área importante, tal como outras especialidades. Consideravam de igual modo que é preciso estabelecer um plano nacional de formação que se inicie pelo conhecimento de base, isto é, a formação em tétum e português.

2) Qual é a política de angariação de tradutores na sua instituição?

A este respeito, os entrevistados deram respostas um pouco dispersas, dependendo da regra estipulada em cada instituição. Alguns responderam que o processo de recrutamento é feito pela Comissão da Função Pública, sendo o órgão do Estado responsável para o efeito. Outros responderam dizendo que foram chamados diretamente pelo responsável do Ministério da Justiça timorense após terem feito um curso de especialização na Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL). Portanto, não foi possível identificar um modelo de angariação de técnicos coerente e sistemático,

que garanta a transparência das contratações e a igualdade de oportunidades no acesso à profissão. Tal poderá explicar-se, pelo menos em parte, pelo caráter incipiente dos serviços de tradução e pela falta de técnicos qualificados.

3) Quem pode ser tradutor?

Os entrevistados responderam unanimemente que, para ser tradutor, o indivíduo tem de ter o domínio pleno de duas línguas (língua de partida e língua de chegada); neste caso específico o tétum e o português; e tem de ter uma cultura geral muito ampla. Um tradutor tem de ser uma pessoa culta.

4) Qual é o nível de formação académica mínima para ser tradutor na sua instituição?

Todos os coordenadores e os chefes de departamentos responderam que a formação mínima é bacharelato e licenciatura em diversas áreas, tais como gestão administrativa, linguística e direito.

5) O que pensa da formação dos tradutores em Timor-Leste?

Todos os entrevistados responderam ser importante criar um curso específico para a tradução. Um disse preferir que fosse estabelecido primeiro um sindicato de tradutores. A partir dessa criação é que se poderia falar

sobre uma formação contínua e/ou periódica para todos os tradutores nacionais.

6) Quais são as competências que, em sua opinião, devem ser dominadas por um tradutor?

Quanto a esta pergunta, os entrevistados selecionaram o domínio profundo dos idiomas de trabalho, assim como as áreas específicas de atuação (jornalismo, direito, etc.).

7) O que pensa da criação de uma Ordem Nacional de Tradutores?

A maioria dos entrevistados reagiram positivamente à ideia da criação de uma Ordem de tradutores. Apenas um entrevistado manifestou pouca concordância, porque, explicou, é preciso ter em primeiro lugar bons tradutores.

8) Qual é a sua opinião relativamente à (importância) da formação superior de tradução?

Os entrevistados apoiaram a ideia da formação superior de tradução em Timor-Leste, pois isso permitiria aos atuais tradutores aperfeiçoar e atualizar os seus conhecimentos técnicos.

9) Quem deve elaborar os currículos da formação superior?

Os entrevistados concordaram com a ideia de envolver especialistas de diversas áreas para a elaboração do currículo da formação superior de tradução, nomeadamente

linguistas, tradutores, técnicos dos Ministério da Educação, engenheiros, médicos, juristas, etc.

10) Onde deverá ser efetuada a formação superior de tradução?

A maioria dos entrevistados prefere que a formação superior de tradução seja efetuada numa instituição pública ou privada nacional. Deste modo, poder-se-ia evitar gastos supérfluos no envio desses técnicos a fazerem formação no estrangeiro.

5. Discussão dos resultados

5.1. Questionário aos tradutores

Neste segmento, tentaremos sintetizar e discutir brevemente as respostas ao questionário aplicado aos tradutores.

Tendo analisado todas as respostas, verificamos que muitos dos informantes responderam muito positivamente às afirmações colocadas. Queremos destacar o facto de terem escolhido ações que necessitam de respostas imediatas e que incidem diretamente sobre o seu trabalho diário. As respostas destes técnicos apontam para uma realidade à qual os Coordenadores ou Chefes do Departamento de tradução parecem pouco sensíveis, ou da qual parecem possuir uma fraca perceção.

A maioria dos tradutores inquiridos considera que a formação contínua em língua portuguesa é um direito, eventualmente como condição básica para um desempenho profissional com qualidade.

Os informantes do questionário manifestaram a sua concordância respeitante à necessidade de formação contínua de língua portuguesa para os tradutores.

As respostas dadas apontam para o âmbito pessoal (no que respeita ao desempenho individual e à progressão na carreira) e para o âmbito coletivo / do serviço e respetiva melhoria de qualidade. É identificável, então, por um lado, a consciência de falhas e, por outro, a ambição e a disponibilidade para melhorar e atingir níveis de qualidade do serviço mais elevados. As afirmações que remetem para o futuro dos inquiridos na instituição recolheram mais respostas “sem opinião”, manifestando a recusa destes em exprimir uma visão sobre o seu futuro, seja porque não a têm, seja porque receiam exprimi-la, seja por qualquer outra razão não identificada.

No que se refere ao bloco 3, sobre a importância de cada motivo proposto para a respetiva formação, verifica-se claramente que os mesmos privilegiam dimensões com impacto direto na sua vida profissional.

Estas opções manifestam igualmente alguma consciência de falhas ou falta de confiança no domínio da língua portuguesa, pelo menos considerando um nível de proficiência compatível com o uso formal e institucional da língua, isto é, um nível de proficiência muito elevado, próximo daquele que será o de um falante nativo.

No que toca ao bloco 4, sobre as necessidades de formação contínua que sentem, materializadas em áreas científicas ou potenciais unidades curriculares de um plano de formação, descobrimos que há opiniões dispersas, ou seja, não há qualquer grupo de frequências bem marcado, tal como acontece com os dois blocos anteriores. Contudo, há três opções deste bloco que acabaram por arrecadar concentrações ligeiramente mais significativas do que outras. Duas delas remetem para o domínio da língua portuguesa e da língua tétum e a terceira para técnica de tradução. É possível que o facto de os resultados serem dispersos encontre justificação na circunstância de nenhum dos inquiridos ter tido formação específica como tradutor e, por isso, não possuir experiência ou conhecimento concreto sobre as componentes de formação típicas para o desempenho profissional respetivo. Também é possível que a pergunta exija uma reflexão demasiado teórica ou

abstrata, face aos problemas concretos e quotidianos dos tradutores, o que significaria, nesse caso, que o inquérito suscitaria um questionamento novo, sobre assuntos ainda não amadurecidos e consolidados entre os tradutores. Mas é significativo (e um pouco surpreendente) que os tradutores inquiridos assinalem a necessidade de melhorar a sua proficiência em tétum, do ponto de vista formal.

5.2. Entrevistas aos coordenadores e chefes de departamento de tradução

Analizamos igualmente as respostas dadas pelos informantes na entrevista. O resultado obtido foi amplamente positivo. Os dados mais salientes do inquérito encontram eco nas entrevistas. Vamos apresentar exclusivamente as respostas que pensamos serem necessárias e positivas em relação à formação contínua da língua portuguesa para os tradutores. Tendo analisado cinco discursos sobre dez perguntas, verificamos que todos os informantes manifestam consciência sobre a formação específica destes técnicos, isto é, afirmam que não existe para já uma política nacional de formação de tradutores. Por outro lado, consideram que é muito importante criá-la com vista a facultar novos conhecimentos específicos a estes técnicos. Quanto à política de recrutamento de

tradutores em cada instituição, os informantes apresentam a sua versão segundo a realidade com que se deparam. Há um informante que conta que o recrutamento dos tradutores na sua instituição foi conduzido anteriormente pela Comissão da Função Pública, mas que posteriormente foi autorizado pela mesma a ser feito por cada instituição empregadora. Apesar de as respostas serem praticamente unânimes, um informante, sendo experiente na área, detalha que o recrutamento deve ser feito através de um processo com o qual se recrutem pessoas que já possuem domínio de forma autónoma dos dois idiomas oficiais.

Quando formulamos a pergunta sobre os requisitos mínimos para um indivíduo ser tradutor, todos os informantes adotaram uma só resposta a dizer que, para que um indivíduo seja tradutor, é preciso fundamentalmente ter domínio de idiomas, bem como munir-se de uma cultura geral ampla. Se a primeira das exigências é elementar e óbvia, a segunda permite extrair inferência mais interessante. Ela permite verificar que os inquiridos possuem uma imagem do profissional de tradução como alguém culto, informado sobre assuntos diversos e capaz de interpretar adequadamente os discursos a traduzir; ou seja, mostram possuir consciência da complexidade dos discursos e da sua especificidade em

função dos âmbitos abordados. Acrescentam da mesma forma que, sem preencher estas condições, o indivíduo não estaria apto para se incluir nesta categoria profissional.

Todos os tradutores timorenses que desempenham as suas funções nas instituições envolvidas possuem o grau mínimo de licenciatura. É curioso que, não tendo formação específica em tradução, como foi referido, muitos destes apresentem formação em áreas diversas, como Direito, Economia, Linguística, etc. Ao longo do tempo, foi sendo introduzida a formação contínua por cada instituição, apesar de não se concentrar exclusivamente na tradução.

Todos os entrevistados sublinharam a necessidade de ser criada formação em tradução no sistema de ensino superior timorense, pois esta é uma área bastante importante e que contribui justamente para a consolidação da identidade e da política linguística do país. Contudo, um informante assinalou que preferiria criar primeiro um sindicato de tradutores. Depois de tê-lo criado, este serviria como interveniente entre os tradutores e o governo para posteriormente se proceder à criação de formação dos tradutores propriamente dita. Esta opinião reenquadra a questão da formação no âmbito das relações laborais, e não no âmbito estritamente académico, o que manifesta alguma consciência de classe profissional.

Um plano alinhado com esta opinião poderia conduzir à criação de uma Ordem dos Tradutores, à semelhança do que acontece com outras classes profissionais, cujas ordens assumem funções de validação e de controlo de acesso à profissão, delegado pelo Estado (caso das ordens dos médicos, dos economistas ou dos engenheiros, por exemplo).

Geralmente, ao assumir fazer algum tipo de trabalho de natureza técnica, é preciso contar com competências técnicas dominadas por um técnico. Na tradução, verifica-se a mesma realidade. E que tipo de competências um tradutor deve dominar? Em resposta a esta questão, os informantes descreveram séries de competências para um tradutor, sendo a mais escolhida a linguística (incluindo as competências oral e escrita) e o domínio da cultura geral. Há um informante que refere a “competência analítica” como sendo parte de uma competência técnica. De novo, verifica-se que os inquiridos privilegiam como requisitos para o desempenho profissional competente a proficiência nas línguas em questão, enquadrada por conhecimentos alargados sobre domínios diversos. É possível que o facto de o corpo de tradutores nas instituições do Estado possuir formações variadas, como foi assinalado, contribua para essa percepção.

6. Considerações finais

Tanto os tradutores como os coordenadores ou chefes de serviços de tradução veem este serviço como uma área muito importante. As preocupações gerais dos inquiridos prendem-se com questões práticas e concretas e com o domínio instrumental da língua, e um grupo grande pensa igualmente em questões mais amplas, como a progressão profissional.

Consideram de igual modo que, sem a tradução, é difícil que o povo timorense perceba as leis em português e possa defender o seu direito violado no tribunal; ou que, sem o serviço de tradução, um timorense não consiga ter acesso a uma cultura estrangeira. Segundo George Steiner², toda a língua é um mundo. Sem a tradução, nós habitaríamos paróquias beirando o silêncio.

As instituições do Estado de Timor-Leste podem já começar a pensar em investir nesta vertente, pois se o país quiser garantir o acesso democrático aos serviços e instituições do Estado e consolidar a unidade nacional, terá de começar a desenvolver-se por estas pequenas coisas. Com a diversidade linguística existente no país, é crucial apostar nesta área. Se não houver uma aposta séria, será

² A frase foi retirada da página do facebook da Associação Portuguesa de Tradutores (APT). Publicada em 19 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/OCpresidente.apr/>. Acesso em: 20 ago. 2019.

difícil consolidar a política linguística do país. O uso das duas línguas oficiais não terá sequer um balanço e um país dificilmente se poderá afirmar como tal se não ultrapassar o complexo de Babel.

Referências

- ALBARELLO, L.; DIGNEFFE, F.; HIERNAUX, J-P.; MAROY, C.; RUQUOY, D.; GEORGES, P. S. *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 1997.
- ALBUQUERQUE, D. B. Pré-história, história e contatos linguísticos em Timor Leste. *Domínios de Linguagem*, v. 3, n. 2, p. 75-93, 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/issue/view/618>. Acesso em: 15 jan. 2022.
- ALBUQUERQUE, D.; RAMOS, R. O português na República Democrática de Timor-Leste: quase duas décadas depois. *Revista Letras Raras*, v. 9, n. 24, p. 76-105, 2020. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/RLR/issue/view/81/showToc>. Acesso em: 15 jan. 2022.
- BARBEIRO, L. et al. *Relatório de Avaliação do Projecto de Reintrodução da Língua Portuguesa em Timor-Leste 2003-2009*. Lisboa: IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento) & Escola Superior de Educação e Ciências Sociais/Instituto Politécnico de Leiria, 2010.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE, 2002.
- GONÇALVES, M. R. A Língua Portuguesa e o conflito intergeracional em Timor-Leste. In: TEIXEIRA E SILVA, R.; YAN, Q.; ESPADINHA, M. A.; LEAL, A. V. (Ed.). *III SIMELP: A formação de novas gerações de falantes de português no mundo*. Macau: Universidade de Macau, p. 1-15, 2012.
- HARMON, D. Losing species, losing languages: Connections between biological and linguistic diversity. *Southwest Journal of Linguistics*, n. 15, p. 89-108, 1996.

HENRIQUES, P. *Política linguística em Timor-Leste: a ação e a formação dos tradutores. 2021. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) . Universidade do Minho, Braga, 2021.*

HENRIQUES, P.; RAMOS, R. Política linguística em ambiente multilingue: o caso de Timor-Leste. *RUA-L - Revista da Universidade de Aveiro - Letras*, n. 8, p. 201-214, 2019. Disponível em: <https://proa.ua.pt/index.php/rual/issue/view/892>. Acesso em: 15 jan. 2022.

HULL, G. A. Morphological Overview of the Timoric Sprachbund. *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, n. 4, p. 98-205, 2001.

MAFFI, L. Diversidade linguística, cultural e biológica. In: COUTO, H. et al. (Org.). *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: Editora da UFG, p. 285-323, 2016.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 2013.

RAMOS, A. M.; TELES, F. *Memória das políticas educativas em Timor-Leste. A consolidação de um sistema (2007-2012)*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2012.

RAMOS, R. Instituto da Língua Portuguesa da Universidade Nacional Timor Lorosa'e: Missão e Ação. In: PAULINO, Vicente; BARBOSA, Alessandro Tomaz (Org.).

Língua, Ciência e Formação de professores em Timor-Leste. UNTL, Díli: Programa de pós-graduação e pesquisa da UNTL, p. 65-74, 2016.

SEABRA, F. I. B. *Ensino Básico: Repercussões da Organização Curricular por Competências na Estruturação das Aprendizagens Escolares e nas Políticas Curriculares de Avaliação*. 2010. Tese (Doutorado em Educação área de conhecimento em Desenvolvimento Curricular). Universidade do Minho, Braga, 2010.

TAYLOR-LEECH, K. Language and identity in East Timor. The discourses of nation building. *Language Problems & Language Planning*, v. 32, n. 2, p. 153-180, 2008. Available at: <https://www.jbe-platform.com/content/journals/10.1075/lplp.32.2.04tay>. Accessed on: 15th Jan. 2022.

TAYLOR-LEECH, K The language situation in Timor-Leste. *Current Issues in Language Planning*, v. 10, n. 1, p. 1-68, 2009. Available at : <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14664200802339840>. Accessed on: 15th Jan. 2022.

THOMAZ, L. F. *Babel Lorosa'e. O problema linguístico de Timor-Leste*. Lisboa: Instituto Camões, 2002.

TUCKMAN, B. W. *Manual de Investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

Paulo Henriques

Doutor em Ciências de Educação pelo Instituto de Educação da Universidade do Minho

Membro Colaborador do Centro de Investigação em Estudos da Criança da Universidade do Minho.

E-mail: ld6974@uminho.pt

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-9460-3141>

Rui Ramos

Doutor em Linguística pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Docente do Instituto de Educação da Universidade do Minho.

Membro integrado e diretor-adjunto do Centro de Investigação em Estudos da Criança da Universidade do Minho.

Membro colaborador do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho;

Investigador do *NELIM - Núcleo de Estudos de Ecolinguística e Imaginário* da Universidade Federal de Goiás.

E-mail: rllamos@ie.uminho.pt

Currículo Ciência ID: <https://www.cienciavita.pt/portal/281E-FBCD-2E5A>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7964672012967381>

Currículo pessoal: <https://ruiramossite.webnode.pt/>

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-8700-8301>